

Constituinte custa US\$ 24 milhões

Mas, feitas as despesas fixas, gastos agora tendem a reduzir-se

Demonstrativo das Despesas da Assembléia Nacional Constituinte
Fonte: Diretoria Geral da Câmara dos Deputados

MATUREZA	PERÍODOS			
	10.02 a 30.04.87 (em Cz\$)	01.05 a 15.07.87 (em Cz\$)	18.07 a 31.10.87 (em Cz\$)	01.11 a 31.12.87 (em Cz\$)
Reformas e reampliações	282.221,18	1.089.317,03	1.074.143,00	708.378,71
Materiais para reproduções	—	—	308.800,00	—
Sinopse e gravações	180.000,00	317.067,00	—	—
Votação eletrônica	23.468.280,77	13.010.103,00	42.887.798,11	17.369.918,58
Sistema de som	1.423.104,00	2.188.514,70	—	—
Materiais de expediente	—	1.422.321,00	108.015,00	270.000,00
Aquisição de ventiladores e circuladores de ar	—	300.000,00	78.800,00	—
Cópias	—	1.228.071,40	663.910,50	1.231.050,02
Aluguel de salas para a transmissão de solenidade de abertura	62.400,00	—	—	—
Publicação em jornais de convocação para abertura Constituintes do Brasil, para uso dos Sr. Constituintes	270.000,00	—	—	—
Passagens aéreas	—	338.178,37	661.327,00	1.247.519,80
Hospedagem	—	283.745,57	238.108,78	68.880,30
Transporte de funcionários	—	161.110,76	132.440,00	288.000,00
Lanches e refeições rápidas	—	177.504,10	149.320,00	258.470,00
Despesas postais e telefônicas	—	721.481,55	1.010.203,10	311.283,00
Despesas telefônicas	—	640.040,00	1.190.280,86	2.448.081,77
Vestuário e uniformes	—	27.520,00	7.664,00	—
Pessoal (Núcleo de Apoio-CD)	—	29.319.291,58	57.820.148,14	57.824.940,85
Pessoal (Núcleo de Apoio-SF)	—	27.869.080,00	48.074.623,58	35.374.762,99
Combustíveis e lubrificantes	—	—	3.677.826,12	1.550.624,00
Aluguel de sala p/reuniões	—	—	62.670,16	—
Processamento de dados-PRODASEN	—	119.215.163,89	305.367.785,12	540.112.158,88
Publicações e impressos-CEGRAF	—	22.728.831,88	88.391.281,18	188.888,34
SUBTOTAL:	26.674.335,86	230.085.581,87	569.588.530,14	868.848.277,94
TOTAL GERAL:	—	—	—	1.475.197.731,92

Obs: Os valores em dólar constantes da matéria foram calculados nas seguintes bases:

1º trimestre 87 - 1 dólar = Cz\$ 31 - 2º trimestre 87 - 1 dólar = Cz\$ 30 - 3º trimestre 87 - 1 dólar = Cz\$ 60 - 4º trimestre - 1 dólar = Cz\$ 78.

Os valores são referentes ao meio dos períodos considerados.

ILARA VIOTTI
Da Editoria de Política

Do dia 10 de fevereiro do ano passado, quando foi instalada, até o final de 1987, a elaboração da nova Constituição já custou ao constituinte Cz\$ 1,5 bilhão — algo em torno dos 24,3 milhões de dólares. Os números oficiais das despesas feitas pelo poder legislativo com a realização da Constituinte — divulgados trimestralmente pela diretoria-geral da Câmara dos Deputados — não incluem o pagamento de pessoal (só são computadas as gratificações extras dos funcionários que trabalham diretamente com a Constituinte), nem os custos rotineiros com a manutenção e a administração do Poder Legislativo.

O item que mais pesa — e continuará a ter o maior volume — na confecção da nova Constituição é o gasto com o Serviço de Processamento de Dados, feito pelo Prodasen (pertencente ao Senado). As duas casas dividem as despesas — que no ano passado ficaram em torno de Cz\$ 1 bilhão — cerca de 13,6 milhões de dólares. E ao Prodasen que os constituintes têm recorrido para sistematizar um texto que, desde que começou a ser construído, já teve inúmeras versões.

O segundo maior gasto da Assembléia foi feito para a instalação do serviço eletrônico de processamento de dados — com o qual a Câmara dos Deputados gastou, até dezembro passado, cerca de Cz\$ 94 milhões — mais ou menos 2 milhões de dólares. Desta despesa o Senado não participou — os senadores continuarão usando seu sistema de votação, menos sofisticado, ficando o novo, instalado no plenário da Câmara, para uso dos deputados e nas sessões conjuntas, para uso do Congresso reunido.

Segundo o diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, o levantamento das despesas deste primeiro trimestre de 1988 já acusará uma queda

acentuada nos gastos para a Constituinte — “boa parte dos funcionários que vinham recebendo gratificações pelo trabalho extraordinário na Assembléia já foram dispensados e voltaram às suas antigas funções” — afirma.

Outras despesas que já não serão feitas a partir deste ano, segundo Sabino, são as referentes a bens duráveis, que estão incorporados ao patrimônio do Congresso — caso do sistema de votação eletrônica, de circuladores de ar e ventiladores, equipamento para gravação e sistema de som. As despesas que continuarão são as com passagens aéreas — cerca de Cz\$ 2 milhões no ano passado (US\$ 24 mil) — transporte de funcionários, despesas postais e telegráficas, telefônicas, combustíveis, lubrificantes e outros.

A inflação, no entanto, não dará descanso ao Congresso, como não dá a qualquer outra instituição. O funcionamento ordinário das duas casas do legislativo tem tido seus custos enormemente aumentados — só a folha de pagamento dos parlamentares, este mês, ficou em cerca de meio bilhão de cruzados — US\$ 3,3 milhões (ao câmbio de Cz\$ 150 por dólar) — mais que o custo do sistema de votação eletrônica durante todo o ano passado.

Outro item com peso significativo na Constituinte foi o custo de publicações e impressos, pagos meio a meio, pela Câmara e o Senado, ao Cegraf (do Senado). Foram Cz\$ 238 milhões só para cópias e publicação de avulsos e anteprojetos. Estes números tendem a não crescer muito este ano, já que a grande carga de trabalho para o Cegraf se concentrou no período em que as subcomissões e comissões estavam em funcionamento.

Nos próximos 10 dias a diretoria geral da Câmara deve divulgar o primeiro relatório de 1988 — contendo a relação de despesas feitas de 1º de janeiro a 31 de março.

Reforma proposta pelos magistrados não vingou

A reforma judiciária que os constituintes ligados à classe dos magistrados gostariam de ver aprovada pela Constituinte vingou somente pela metade, segundo afirmou ontem o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PTSP), procurador de Justiça. No entanto, o constituinte considerou um avanço a criação do Superior Tribunal de Justiça, que absorverá algumas atribuições do Supremo Tribunal Federal, que, a partir de agora, só julgará processos sobre matéria constitucional. Com isso, a nova Carta terá um foro exclusivo apenas de impedir que os preceitos constitucionais que estão sendo votados venham a se tornar letra morta, após a promulgação.

Quanto ao novo Tribunal — Superior Tribunal de Justiça — criado para julgar recursos ex-

traordinários e ordinários, agilizará todo o processo judiciário, atualmente emperrado no Supremo Tribunal Federal, devido ao acúmulo de processos.

O Superior Tribunal de Justiça, com 33 membros, que irá substituir o atual Tribunal Federal de Recursos, terá ainda ao apoio dos julgados especiais. Os constituintes aprovaram a criação nos Estados dos Juizados de pequena causa para o julgar julgamento e execução de causas civis de menor complexidade e de infrações de menor potencial ofensivo. Esses julgados serão compostos por juizes de carreira e as decisões obedecerão a um procedimento oral e sumaríssimo.

Segundo o jurista Miguel Reale Júnior, a criação desses julgados de pequena causa irá agilizar o processo judiciário em

todos os estados que também poderão legislar em matéria de procedimento; de acordo com as circunstâncias regionais.

Dentre as propostas constitucionais visando a uma reforma no atual sistema judiciário a do deputado Nelson Jobim (PMDBRS) propondo a escolha tripartite, 1 dos membros do Supremo Tribunal Federal (pela câmara dos Deputados, pelo próprio Supremo e pelo presidente da República e a do deputado Plíniode Arruda Sampaio (PT-SP), fixando em doze anos o mandato dos ministros do Judiciário foram rejeitadas pela maioria dos constituintes. Se elas tivessem sido aprovadas, na opinião da Reale Júnior, o Judiciário ganharia características de um poder mais independente daquele que vigora atualmente.